
Consulta Pública 128 - Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, para o período 2025 a 2034 (PDIRT-E 2024)

Fevereiro 2025

Conteúdo

Introdução	<u>23</u>
Sobre nós	<u>23</u>
Contextualização.....	<u>23</u>
Secção 1 - Considerações da Lightsource bp sobre a Consulta Pública 128 - Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, para o período 2025 a 2034 (PDIRT-E 2024)	4
Planos de investimento.....	<u>56</u>
Análise custo-benefício dos projetos propostos	<u>56</u>
Critérios de priorização de projetos e transparência nos montantes	<u>67</u>
Projetos a concretizar.....	7
Projetos de grande impacto	<u>78</u>
Critérios e princípios para a fundamentação da decisão final de investimentos.....	8
Projetos Base.....	8
Projetos complementares	<u>1011</u>
Outros projetos	12
Secção 2 – Comentários adicionais	<u>1213</u>
Monetização de Benefícios para a RESP dos Investimentos Suportados pelos Promotores.....	13
Capacidade de Injeção e Planeamento por Tipologia de Ligação (Produção, Consumo e Armazenamento).....	<u>1314</u>
Análise Custo-Benefício de Aumentos de Potência Interligável com Serviços de Sistema	14

Introdução

Sobre nós

A Lightsource bp é líder global no desenvolvimento e gestão de soluções de energia renovável *onshore* de grande escala e de armazenamento de energia.

Desde 2010, o nosso objetivo é fornecer energia acessível e sustentável a empresas e comunidades em todo o mundo. Acreditamos que o mundo precisa de satisfazer as crescentes necessidades energéticas através de medidas inteligentes e sustentáveis. Como empresa líder global, fazemos parte da solução. Estamos a fazer uma verdadeira transformação no panorama energético, não só em Portugal, mas em todo o mundo. A nossa equipa inclui mais de 1.200 especialistas da indústria, que operam em 20 mercados e 11.5 GW de projetos desenvolvidos a nível global. Fornecemos o desenvolvimento completo dos nossos projetos, desde a seleção inicial da localização, financiamento e licenciamento até à gestão a longo prazo dos projetos e venda de energia aos nossos clientes.

A nível nacional, a Lightsource bp é hoje um dos principais promotores de projetos de energia renovável em Portugal com uma carteira de projetos de 2.5 GWp de energia de solar fotovoltaica, bem como 1.5 GW de energia eólica e 0.5 GWh de baterias.

Contextualização

No âmbito da consulta pública n.º 128, aberta pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), referente à Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da rede nacional de transporte de eletricidade, para o período 2025 a 2034 (PDIRT-E 2024), vem, por este meio, a Lightsource bp apresentar seus comentários, contidos neste documento, na expectativa de poder contribuir positivamente para esta discussão.

Em 2019 a Lightsource bp iniciou a operação em Portugal e conta atualmente com projetos de energias renováveis em vários estágios de desenvolvimento e com presença dispersa pelo território de Portugal Continental. A celeridade na tomada de decisão de investimento, a flexibilidade na alocação geográfica de capital e o trabalho em parcerias fazem parte da nossa cultura empresarial e são fatores distintivos no sector. Os investidores e os parceiros da Lightsource bp reconhecem a capacidade que temos em desenvolver, estruturar e implementar projetos num curto espaço de tempo.

Com efeito, a visibilidade e a rapidez que a Lightsource bp consegue demonstrar a investidores, entidades públicas, *stakeholders* privados, comunidades e parceiros o desenvolvimento de seus projetos, são fundamentais para a aprovação de investimento em novos países.

Desta forma, o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de eletricidade (PDIRT-E 2024) apresentado pela REN – Rede Elétrica Nacional S.A., na sua qualidade de operador da rede de transporte (ORT) é fulcral para que a Lightsource bp possa tomar decisões informadas, reduzir riscos de investimento e contribuir efetivamente para a aceleração da transição energética em Portugal. O PDIRT 2025-2034 oferece uma visão das futuras infraestruturas e capacidades da rede elétrica portuguesa que permite à Lightsource bp avaliar melhor a viabilidade técnica e económica de seus projetos, desenvolver estratégias de investimento de longo prazo e identificar áreas com maior potencial de crescimento para energias renováveis.

A elaboração deste documento guiou-se pelas questões propostas no enquadramento da consulta pública, disponibilizado pela ERSE, que configuram a primeira secção deste documento. Além disso, na secção dois, a Lightsource bp apresenta alguns comentários sobre assuntos considerados relevantes, mas que não foram contempladas nas questões do documento de enquadramento da consulta pública.

Mantemo-nos disponíveis e interessados em aprofundar qualquer um dos pontos incluídos em nossa resposta, seja por meio de trocas de e-mails ou de reuniões dedicadas. Para mais informações ou esclarecimentos, por favor entre em contato com flavia.lima@lightsourcebp.com.

Secção 1 - Considerações da Lightsource bp sobre a Consulta Pública 128 - Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, para o período 2025 a 2034 (PDIRT-E 2024)

Esta secção visa responder às principais questões colocadas no documento de enquadramento da Consulta Pública n.º 128 da ERSE que analisa Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, para o período 2025 a 2034 (PDIRT-E 2024). Os comentários estão organizados em ordem com as perguntas propostas que, por sua vez, estão alinhadas com o conteúdo da proposta do PDIRT-E 2024 em consulta pública.

Previsão da Evolução da Procura

A proposta de PDIRT-E 2024 apresenta um crescimento moderado dos consumos no cenário “Central Ambição” do Relatório de Monitorização da Segurança do Abastecimento (RMSA-E 2023) referente ao período 2024-2040, contudo, continua a não disponibilizar a capacidade de injeção disponível em cada nó da rede, essencial para a avaliação da utilidade técnica do sistema. É necessário incluir essa capacidade por tipologia de ligação (produção, consumo e armazenamento), em conformidade com a regulamentação aplicável, e detalhar a distribuição geográfica dos centros de produção e consumo.

Outro ponto a ser ressaltado é a importância de soluções para estabilidade da rede. A crescente penetração de fontes renováveis e o aumento da ponta síncrona da rede nacional de transporte (RNT) exigem soluções eficazes para a estabilidade da rede. Embora, nos cenários de evolução da procura, sejam identificados compensadores síncronos e reatâncias shunt como respostas, a proposta não apresenta uma análise custo-benefício robusta que considere alternativas mais custo-eficazes, como o reforço de armazenamento e o mercado de serviços de sistema.

Em suma, a ausência de dados técnicos e geográficos detalhados sobre a rede, aliada à falta de fundamentação clara das soluções propostas, compromete a adequação do planeamento face aos desafios da transição energética.

Recomendação Lightsource bp

1

Disponibilizar a capacidade de injeção e consumo por tipologia de ligação (produção, consumo e armazenamento) disponível em cada nó da rede, essencial para a avaliação da utilidade técnica do sistema e implantação dos projetos de energias renováveis.

2

Apresentar uma análise custo-benefício mais robusta que considere opções mais eficazes como a possibilidade de reforço de armazenamento.

Ademais, o RMSA-E 2023 separa a evolução do consumo em duas parcelas à luz da Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), criada em 2020. A evolução de consumo é então separada em uma parte que exclui a energia em circulação na RNT dedicada à produção de hidrogénio e uma outra incluindo-a. Os cenários do PDIRT-E 2024 estimam um aumento significativo do consumo elétrico devido ao hidrogénio verde, com crescimento anual de 6%, mas não detalham como a RNT acomodará este acréscimo. **Falta informação sobre a capacidade de receção disponível nos nós da rede e a distribuição geográfica necessária para atender aos fluxos associados ao hidrogénio verde.**

Adicionalmente, os valores de capacidade de armazenamento (200-990 MVA no RMSA-E 2023) estão desalinhados com o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030), que prevê 2000 MVA. Esta discrepância compromete o planeamento e pode levar à insuficiência de capacidade para suportar a integração de novas fontes de produção e consumo ou ao sobredimensionamento das infraestruturas previstas para garantir a estabilidade do sistema.

Outro elemento que carece maiores esclarecimentos são os investimentos de 346 milhões de euros para criar nova capacidade de injeção também carecem de uma análise custo-benefício detalhada, considerando alternativas como armazenamento ou mecanismos de flexibilidade baseados em mercado.

Planos de investimento

Análise custo-benefício dos projetos propostos

À semelhança das edições anteriores, o ORT utilizou uma combinação de critérios e análise de custo-benefício para escolher os melhores projetos de investimento para o PDIRT-E 2024. A metodologia combinada multicritério/custo-benefício (MCB) utilizada no processo de elaboração do PDIRT-E 2024 buscou encontrar as soluções que melhor atendem às necessidades da rede elétrica.

Apesar da proposta reconhecer a necessidade de incluir um balanço intercalar para validar os benefícios dos investimentos realizados, não define métricas claras para esse exercício. A utilização de indicadores como, “sobrecustos evitados para o SEN” e melhorias na estabilidade da rede, são essenciais para uma maior transparência nos critérios propostos.

Adicionalmente, e para garantir que o PDIRT-E 2024 está alinhado com os objetivos estabelecidos no PNEC 2030.É também necessário garantir que este exercício inclua recomendações para ajustar o planejamento com base nos resultados efetivos.

Recomendação Lightsource bp

3

Estabelecer uma metodologia robusta e transparente que fundamente o planejamento futuro.

O PDIRT-E 2024 também não compara os projetos propostos com alternativas, como soluções de armazenamento de energia ou mecanismos de flexibilidade. Estas opções podem reduzir a necessidade de infraestruturas de rede físicas pesadas, aumentando a eficiência do sistema. A inclusão de alternativas na análise de escolha dos projetos de investimento permitiria maior eficiência no planejamento e na alocação de recursos.

Outro ponto relevante trata da ausência de desagregação dos montantes de investimento por rubrica compromete a transparência e a análise custo-benefício. Este detalhe é essencial para avaliar a relevância e eficiência de cada intervenção. A proposta carece ainda de critérios claros para priorizar os investimentos em alinhamento com os objetivos estratégicos.

Recomendação Lightsource bp

4

Apresentar a desagregação dos montantes de investimento por rubrica e a respectiva análise custo-benefício para melhor consideração e avaliação dos investimentos.

Critérios de priorização de projetos e transparência nos montantes

A proposta do PDIRT a não detalha os critérios usados para priorizar os projetos a concretizar no período, nem desagrega os montantes de investimento por rubrica, o que limita a transparência e

dificulta a validação das opções apresentadas. Uma maior clareza na justificação das escolhas permitiria avaliar melhor a relevância e eficiência de cada intervenção.

Projetos a concretizar

O plano para execução dos projetos propostos no PDIRT-E 2024 propõe que serão investidos 705 milhões de euros em projetos no primeiro quinquénio (2025 – 2030) deste plano. Contudo, esta calendarização apresentada parece desajustada à capacidade histórica de execução. Dos 1.954 milhões de euros aprovados anteriormente, uma parte substancial permanece por executar, explicitando a necessidade de identificar as causas destes atrasos e criar medidas para acelerar o desenvolvimento dos projetos.

Assim, considera-se que **falta uma análise que quantifique os impactos económicos e operacionais da não concretização de investimentos, assim como uma estratégia clara de mitigação para assegurar que as metas propostas sejam alcançadas.**

Sem uma abordagem estruturada para resolver os atrasos e priorizar projetos com base em necessidades urgentes, a concretização do plano torna-se incerta, comprometendo os objetivos estratégicos definidos.

Recomendação Lightsource bp

5	Analisar quantitativamente os impactos económicos e operacionais da não concretização do plano de investimentos anteriores e o atualmente em avaliação
6	Criar uma estratégia clara de mitigação para assegurar a execução das metas de investimentos propostas.

Projetos de grande impacto

Ainda na temática de projetos a concretizar, o PDIRT-E 2024 apresenta os projetos elétricos de grande impacto em apreciação, listados no Anexo A da consulta pública. Estes projetos tem um potencial para gerarem significativas externalidades locais negativas e dessa forma, o Decreto-Lei n.º 18/2024, de 2 de fevereiro, cria um mecanismo de compensação aos municípios pelos projetos elétricos estratégicos de grande impacto.

Contudo, os critérios de seleção dos projetos de grande impacto apresentados no PDIRT-E 2024 não são suficientemente claros nem detalhados para validar a sua relevância face ao Decreto-Lei n.º

18/2024. A proposta apresentada carece de análises custo-benefício que permitam justificar a inclusão dos projetos como prioritários. Além disso, a falta de transparência nos critérios técnicos e económicos compromete a validação da lista de projetos apresentados como sendo de grande impacto.

Recomendação Lightsource bp

7

Realizar uma análise custo-benefício dos projetos de grande impacto propostos no PDIRT-E 2024 com uma explicação sobre os critérios técnicos e económicos utilizados nesta análise

Critérios e princípios para a fundamentação da decisão final de investimentos

Para o período de 2025 a 2034, o PDIRT-E 2024 prevê um investimento total de 1.691,5 milhões de euros. Desse montante, 917,1 milhões de euros serão destinados aos "Projetos Base", que são considerados essenciais pelo ORT para garantir a segurança e o funcionamento da rede elétrica existente. Os restantes 774,4 milhões de euros serão investidos em "Projetos Complementares", que visam expandir ou modernizar a rede, dependendo de decisões externas ao ORT.

Projetos Base

Os Projetos Base totalizam, no primeiro quinquénio (2025- 2029), cerca de 497 milhões de euros e estão divididos em dois principais blocos de investimento: (i) bloco associado à atividade de Transporte de Energia Elétrica (TEE), com 361 milhões de euros; e (ii) um segundo bloco associado à atividade de Gestão Global do Sistema (GGS)/Cibersegurança/IT/outros, com cerca de 84 milhões de euros.

Dentro do bloco associado à atividade de Transporte de Energia Elétrica (TEE), existem diferentes finalidades onde o ORT aloca o investimento, com particular destaque para o bloco relativo à “Modernização e digitalização de ativos”, num total de 192 milhões de euros, a custos totais.

Nesta área de atuação, o ORT identifica que parte dos ativos em exploração encontra-se a operar no limite do seu tempo útil de vida. O PDIRT-E 2024 adota um determinado perfil de risco no modelo de apoio à decisão e gestão de fim de vida desses ativos e estima que os custos totais serão de 192 milhões de euros para o período compreendido entre 2025-2029.

Contudo, a proposta não apresenta informação suficiente sobre o estado dos ativos da rede nacional de transporte (RNT) para justificar a necessidade de remodelação ou substituição de equipamentos.

Sem uma caracterização detalhada, avaliar o impacto da degradação dos ativos na segurança e eficiência da rede torna-se mais desafiante. **Este nível de detalhe é essencial para garantir que os recursos sejam alocados a intervenções prioritárias, assegurando a fiabilidade e estabilidade do sistema elétrico.**

Recomendação Lightsource bp

8

Realizar uma caracterização detalhada do tempo de vida dos ativos de modo a garantir que os recursos são alocados a intervenções prioritárias.

Ainda no bloco de investimento caracterizado “atividade de Transporte de Energia Elétrica (TEE)”, o ORT alocou um total 10 milhões de euros para o primeiro quinquénio (2025 – 2029), de modo a dar resposta aos desafios impostos à rede nacional de transporte (RNT) pela crescente integração de maiores valores renováveis no *mix* de geração de energia. O PDIRT-E 2024 também inclui, como deste mesmo bloco de investimento um adicional de 127 milhões de euros em equipamentos STATCOM e compensadores síncronos. No entanto, a decisão final sobre este investimento (DFI condicionada) será tomada posteriormente, quando a sua necessidade for comprovada, sendo a decisão relegada ao segundo quinquénio.

Os investimentos propostos, nesta temática, para garantir uma maior compensação de reativa e estabilidade da rede, como compensadores síncronos e reatâncias shunt, não são justificados através de uma análise custo-benefício detalhada. Alternativas, como armazenamento ou serviços de sistema de renováveis ou centros de consumo, não foram adequadamente consideradas. Falta também clareza nos critérios operacionais que determinariam a sua execução dos investimentos propostos, o que compromete a transparência e previsibilidade.

Recomendação Lightsource bp

9

Os investimentos propostos para compensação de reativa devem ser justificados por uma análise de custo- benefício detalhada, incluindo a alternativa da prestação de serviços do sistema prestados por detentores de centrais produtoras de energias renováveis, sistemas de armazenamentos ou grandes consumidores. Devem ser aclarados os critérios operacionais que determinam a execução destes investimentos.

Por fim, ainda no bloco de investimento “atividade de Transporte de Energia Elétrica (TEE)”, também se contempla aproximadamente 33 milhões de euros no primeiro quinquénio (2025-2029) para projetos destinados a cumprir os compromissos assumidos com o operador da rede nacional de distribuição (RND). O objetivo é garantir a manutenção dos níveis de segurança no abastecimento às

instalações conectadas à RND, nomeadamente através do reforço da capacidade de transformação MAT/AT em 13 subestações e da instalação de equipamentos para a gestão do perfil de tensões da rede, assegurando o controlo da energia reativa.

Os projetos desta categoria são justificadamente apresentados pelo ORT como resultado de necessidades identificadas pelo operador da RND no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD-E,) especialmente no que diz respeito à segurança do abastecimento de consumos. Contudo, a proposta evidencia o adiamento de vários projetos em relação à calendarização prevista em edições anteriores do PDIRT-E, sem fornecer justificativas para esses adiamentos ou qualquer análise sobre os impactos que possam surgir na rede nacional de transporte (RNT) e na segurança do abastecimento devido a essas alterações.

Assim, a calendarização dos projetos proposta não está suficientemente fundamentada, especialmente face aos atrasos históricos na execução de investimentos. Não há uma análise que relacione diretamente os prazos com o impacto na segurança do abastecimento. **Sem um plano robusto de mitigação para lidar com atrasos, a proposta corre o risco de não atingir os objetivos de segurança e estabilidade.**

Recomendação Lightsource bp

10

Estabelecer uma calendarização dos projetos propostos e um plano de mitigação para possíveis atrasos no desenvolvimento destes projetos

O segundo bloco de investimentos associado à atividade de Gestão Global do Sistema (GGS), Cibersegurança, IT e outros, com cerca de 84 milhões de euros, dos quais 33 milhões de euros afetos à atividade de Gestão Global de Sistema, repartidos igualmente ao longo do primeiro quinquénio, e por várias rubricas. As rubricas propostas são: i) Projetos na Rede de Telecomunicações e Segurança (RTS); ii) Projetos associados diretamente à atividade de despacho; iii) Projetos de reabilitação e adequação de edifícios administrativos.

Projetos complementares

O plano de investimentos contempla 774,4 milhões de euros serão investidos em "Projetos Complementares", que visam expandir ou modernizar a rede, dependendo de decisões externas ao

ORT e são caracterizados por quatro blocos de investimento: i) Consumos Estratégicos; ii) Capacidade de Injeção na RNT; iii) Zona Livre Tecnológica de Viana do Castelo; e iv) Reformulação da RNT.

O bloco de investimentos “Capacidade de injeção na RNT” totaliza 346 milhões de euros, representando 45% do investimento em projetos complementares. Este montante é alocado a seis projetos, divididos em três categorias principais: um projeto de reforço da capacidade de transporte em linhas da RNT (6 milhões de euros), um projeto de flexibilidade de operação da rede em Trás-os-Montes (73 milhões de euros) e quatro projetos de reforço de rede para aumentar a capacidade de receção (267 milhões de euros).

Apesar de projetos para criar nova capacidade de receção serem justificados, faltam dados detalhados sobre a capacidade disponível nos nós da rede. Sem esta informação, fica difícil validar a necessidade e propor alternativas mais custo-eficazes, como armazenamento ou flexibilidade.

Outro bloco de investimento contemplado como parte projetos complementares está “Zona Livre Tecnológica de Viana do Castelo”, que foi criada com o objetivo de fomentar projetos de inovação e desenvolvimento voltados à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis de origem ou localização oceânica, tanto offshore quanto *nearshore*.

Contudo a inclusão deste projeto carece de uma análise custo-benefício robusta que justifique os montantes propostos. Não são exploradas alternativas que possam alcançar os mesmos objetivos de forma mais eficiente, limitando a fundamentação técnica e económica.

Num contexto mais amplo, os projetos de interligação offshore beneficiam de investimentos significativos, mas a proposta não esclarece como estas infraestruturas serão financiadas nem garante que seguem regras idênticas às aplicadas aos projetos continentais. Além disso, caso utilizem reforços previamente realizados no continente, os promotores responsáveis por esses investimentos devem ser compensados de forma justa. Sem uma abordagem equitativa, há o risco de distorções nos custos suportados pelos consumidores e pelos promotores.

Recomendação Lightsource bp

11	A proposta do PDIRT deve esclarecer detalhadamente como as infraestruturas de interligação offshore serão financiadas, garantindo que as regras sejam idênticas às dos projetos continentais.
12	Estabelecer um mecanismo justo e claro de compensação para os promotores responsáveis por investimentos prévios no continente, caso estes sejam utilizados pelos projetos offshore ou <i>onshore</i> futuros, para a garantia de consumos no âmbito da concessão. Os projetos de produção de energia offshore devem suportar os custos de ligação à rede tal como é aplicado para os projetos <i>onshore</i> .

Implementar uma abordagem equitativa para evitar distorções nos custos suportados pelos consumidores e promotores, assegurando assim a viabilidade e sustentabilidade a longo prazo destes projetos.

O bloco “Reformulação da RNT” estipula cerca de 154 milhões de euros, representando 20% do investimento em Projetos Complementares, para reformular a rede nacional de transporte (RNT). Este investimento visa aprimorar a infraestrutura em áreas urbanas densas e à região do Alto Douro Vinhateiro para relocar trechos da RNT, minimizando o impacto no património e na paisagem.

Apesar da urgência de alguns investimentos no curto prazo é reconhecida, mas a proposta não demonstra como estas prioridades foram definidas. Faltam informações detalhadas sobre os impactos dos atrasos e alternativas para mitigar eventuais falhas no cumprimento dos objetivos.

Outros projetos

A consulta pública coloca a questão de quais outros projetos deveriam ser contemplados tendo em vista a constante transformação no cenário do setor elétrico puxada pela transição energética e a descarbonização da economia. Estes cenários em constante mudança, exigem uma abordagem mais flexível e eficiente no planeamento e operação das redes elétricas. **Lightsource bp reforça sua posição, manifestada anteriormente neste documento, sobre necessidade de se incluir como elemento fulcral para utilização racional dos recursos à disposição soluções de armazenamento e hibridização de renováveis.** Esta soluções permitem reduzir a necessidade de infraestruturas físicas, otimizando a utilização da rede.

Secção 2 – Comentários adicionais

Esta secção dispõe os comentários da Lightsource bp sobre pontos apresentados no PDIRT-E 2024 considerados relevantes, mas que não foram contemplados nas questões do documento de enquadramento da consulta pública respondidas na Secção 1.

Monetização de Benefícios para a RESP dos Investimentos Suportados pelos Promotores

Apesar do documento mencionar a necessidade de reforços na RNT para acomodar os investimentos dos promotores, a proposta apresentada no PDIRT-E 2024 não avalia os benefícios que estes reforços trazem para o sistema elétrico nacional (RESP).

Os reforços realizados pelos promotores ajudam a reduzir custos de operação e a melhorar a estabilidade e a resiliência da rede. No entanto, é necessário quantificar estes benefícios e demonstrar como contribuem para o sistema global, tornando a proposta mais robusta e fundamentada.

Recomendação Lightsource bp

14

Incluir no PDIRT-E 2024 a quantificação dos benefícios para o sistema decorrentes dos reforços suportados pelos promotores de centrais renováveis

Capacidade de Injeção e Planeamento por Tipologia de Ligação (Produção, Consumo e Armazenamento)

A proposta de PDIRT-E 2024 reconhece a necessidade de novos investimentos na rede de transporte de eletricidade, mas apresenta lacunas significativas no que diz respeito à partilha detalhada da capacidade de injeção em cada nó da rede. Esta omissão tem implicações importantes para o planeamento eficaz das ligações de produção, consumo e armazenamento. A integração de renováveis e sistemas de armazenamento tem impactos distintos na rede, e a sua falta de planeamento detalhado pode levar a investimentos desnecessários ou ineficientes. É urgente partilhar esta informação para garantir que os recursos são alocados de forma otimizada.

A partilha transparente e detalhada da informação sobre capacidades de injeção é crucial para garantir que os recursos sejam alocados de forma otimizada, promovendo um desenvolvimento eficiente e sustentável da rede elétrica nacional.

Análise Custo-Benefício de Aumentos de Potência Interligável com Serviços de Sistema

É necessário que seja incluído no PDIRT-E 2024 uma análise custo-benefício detalhada para justificar os limites às infraestruturas de ligação de centros electroprodutores e armazenamento expostos a falhas de modo comum (420 MW).

Estes limites impactam o dimensionamento dos serviços de sistema a contratar pelo Gestor Global do Sistema (GGS), assim como as interligações dos centros electroprodutores. Consideramos, assim, que **a análise técnica, económica ambiental associada a estes investimentos e requisitos é indiferenciável do objeto do PDIRT-E 2024, devendo ser inclusivamente considerada na correspondente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).**